



ATA ORDINÁRIA Nº 2881/2021

1
2 Aos nove dias do mês de março de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se para
3 Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental –
4 CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO
5 CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação
6 da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e
7 Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença
8 dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira
9 (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira
10 Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas
11 (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação**
12 **Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva
13 Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
14 **Sustentabilidade – SMAMUS**; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente),
15 **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva
16 Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana –**
17 **SMIM**; e Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Governança**
18 **Local. CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Rômulo Krafta (Titular),
19 **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular),
20 **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires
21 Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer
22 (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio
23 Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul –**
24 **CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil –**
25 **IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**
26 **Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos**
27 **Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato**
28 **das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular),
29 **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. CONSELHEIROS DA**
30 **SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular) e Cláucia Faganello (1ª Suplente),
31 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular),
32 **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de
33 Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos
34 Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Ricardo Angelini,
35 (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio
36 Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Dinar Melo
37 de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson
38 Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade,**
39 **Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP – HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA**:
40 Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro,
41 **Taquígrafa/Tachys Graphen. PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação: 2.1 Atas; 3.
42 **Comunicações**; 4. **Ordem do dia**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor
43 Presidente deu início aos trabalhos às 18h12min. 1. **ABERTURA. Germano Bremm,**
44 **Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**
45 **SMAMUS**: Boa noite, Senhores Conselheiros. São 18h12min. A gente estava com um



46 pouquinho de dificuldade de fazer a conexão com o YouTube. Lembrando que a gente
47 está transmitindo ao vivo no nosso canal do YouTube da SMAMS. Então, todos aqueles
48 interessados que quiserem participar, assistir a reunião, podem acessar por meio do nosso
49 canal. Lembrando que aqui a sala é interna, é a sala para os conselheiros para que a
50 gente possa fazer a discussão pelo *chat*, também fazer as inscrições para o período de
51 Comunicação. No entanto, é aberto na internet, no canal do YouTube da Secretaria a
52 transmissão ao vivo das reuniões ordinárias. Enquanto solicito que os conselheiros
53 interessados em fazer o uso do período de Comunicação façam a inscrição pelo *chat*, eu
54 só vou fazer a leitura aqui dos presentes. Por favor, conselheiros que queiram fazer
55 inscrição para o período de Comunicação, de 3 minutos, lembrando, como prevê a nossa
56 resolução, faço a inscrição no chat. (Listagem dos conselheiros presentes na inicial). Se
57 tiver mais algum conselheiro presente que, porventura, não tenha sido chamado, por favor,
58 se inscreva ali no *chat* ou senão a gente vai tomar nota da presença no decorrer da
59 reunião. Também saudamos a presença da Conselheira Cristiane Catarina, que vem agora
60 representando também o DEMHAB. Veio a sua indicação para representação do
61 DEMHAB. Como ainda não foi formalizada, está hoje presente, mas ainda quem
62 representa é a Conselheira Lisiane na data de hoje, na discussão. Seja bem-vinda,
63 Conselheira Cristiane Catarina. Sem dúvida, para agregar bastante no nosso debate aí.
64 Então, Senhores Conselheiros, a gente tem uma representação externa inscrita para o
65 período de Comunicação, é a Ângela da Silva, lá da Comunidade Vila Caddie, está
66 inscrita, conforme prevê o Regimento, fez a inscrição. Eu consulto antes quem são os
67 conselheiros inscritos para o período de Comunicação? Conselheiro Felisberto,
68 Conselheiro Hermes, mais algum Conselheiro escrito? Conselheira Claudete também
69 inscrita para o período de Comunicação, também a Conselheira Tânia. Então, Senhores
70 Conselheiros, encerramos a inscrição para o período de Comunicação. Eu consulto, não vi
71 presente a Ângela da Silva, da Vila Caddie. Não está presente. Eu acho que entrou outra
72 representante, eu vi aqui da Vila Caddie, a Júlia. Quem fez a inscrição foi a Ângela da
73 Silva. Júlia, está com a Ângela aí contigo? **Júlia da Costa Silva, Vila Caddie:** Olá, boa
74 noite. Eu estive agora a pouco lá na Vila, ela ia entrar agora na reunião, não sei como ela
75 estava de internet, porque eles estavam com alguns problemas lá. Eu tinha passado três
76 nomes, seria o Marcelo Sgarbosa, isso na sexta-feira. **Germano Bremm, Presidente e**
77 **Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
78 Não, a gente recebeu a inscrição através do Conselheiro Felisberto e da Ângela. Tu
79 queres falar? Então, em substituição a Ângela. Podemos te autorizar a fala. **4.**
80 **COMUNICAÇÃO. Júlia da Costa Silva, Vila Caddie:** Certo. Inclusive, deixar aqui a minha
81 indignação com o DEMHAB de ter feito o cadastro indevidos e oferecendo cestas básicas
82 em troca desse cadastro, né, enfim, as armadilhas que muitos braços dessas empreiteiras
83 gananciosas usam para que se faça o empreendimento. Vai ser oferecida uma denúncia
84 no Ministério Público, o Marcelo Sgarbosa, que é vereador e advogado dessa ação no
85 momento. Eu estive lá na comunidade no sábado, eles relataram a indignação deles,
86 porque eles não sabiam que se tratava de um cadastro para o DEMHAB com este
87 processo de gentrificação. Oferecendo, inclusive, um auxílio emergencial, algumas
88 pessoas receberam esse cartão, que eles foram pegar o cadastro. Assim, é lamentável e
89 lastimável isso. Com relação à vila eles estão firmes e fortes, porque eles não querem sair
90 de lá, é a casa deles, pessoas investiram muito para ficarem ali, é toda uma vida, isso
91 mexe com muitas coisas do diário deles, porque eles trabalham. Eu tenho crianças ali que
92 eu dou aula que tem deficiência, as escolas de perto que atendem essa comunidade,



93 pessoas com deficiência que necessitam de médicos, fazem 30 anos que esses médicos
94 vão na casa deles e atendem uma vez ao mês. É injusto, agora que o Country Club não
95 precisa mais daquela população, se livrar deles assim tão fácil. E, por sua vez, o Zaffari,
96 que não tem vergonha na cara. Eu não sei se vocês conhecem a história, mas muitas
97 vezes os caddies ali da vila eram tirados de sala de aula, menores de idade sendo tirados
98 de sala de aula para servir aos jogadores do Country Club. Eu tenho alunos da minha
99 primeira turma de 8 anos atrás que ainda trabalhavam ali, hoje essas crianças estão com
100 20 anos de idade e não vai ser fácil, não vai. É uma luta árdua? É, mas eu confio na letra
101 da lei, o dinheiro manda, eu sei que manda, eu conheço o dinheiro, eu não sou ingênua de
102 acreditar que o dinheiro não manda, mas eu confio na letra da lei. Eu não sei se o
103 Ministério Público está aqui hoje, e tem um promotor que é a favor da causa deles, eu sei
104 que a empreiteira se incomodou e vai se incomodar um pouquinho mais. Eu não estou
105 para brincadeira, são 8 anos indo ali, conhecendo 80 famílias, que eu entro na casa deles,
106 é todo final de semana praticamente, agora com a pandemia não muito, mas é onde eu
107 desenvolvo esse trabalho. Eu sou analista comportamental, durante a semana eu trabalho
108 na VECMA e no final de semana eu faço esse trabalho voluntário. Eu não ganho nada
109 para estar ali, eu não faço para aparecer, eu faço porque eles têm direito de ter
110 conhecimento, porque conhecimento a gente adquire, mas também não é para ficar
111 guardado em uma gaveta atrás de uma mesa. E o meu trabalho na VECMA começou como
112 voluntariado, inclusive, né. Então, desde 2007 eu trabalho na Vara de Execução Criminal.
113 Então, a Caddie merece respeito, o que não estão dando, não estão entendendo qual é a
114 situação da Caddie, não são – Ai, pobrezinhos, para ver que não tem esgoto ali! Mas são
115 coisas que eles já pediram para a Prefeitura, inclusive, tem uma carta de providência lá,
116 com relação a árvores também que precisam ser cortadas. E já que se fala tanto em um
117 sistema humanitário, não estão respeitando o artigo 5º, essas pessoas estão à mercê de
118 uma vontade de uma empreiteira, que simplesmente chegou, que estava tudo certo e todo
119 mundo acreditou. Eu deixo aqui minha indignação e eu paro por aqui, porque senão a
120 conversa vai ficar bem mais feia do que já está. **Germano Bremm, Presidente e**
121 **Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
122 Obrigado, Júlia, pela manifestação no período de Comunicação Externa, como prevê o
123 Regimento. Questiono se temos alguma observação por parte dos conselheiros ou
124 liberamos para o período de Comunicação? Conselheira Tânia, Conselheiro Rafael
125 Passos. Encerro e depois a gente tem o período de Comunicação. Conselheiro Felisberto.
126 Só esclarecendo, o Dr. Marcelo não se inscreveu para o período de Comunicação
127 previamente, conforme prevê o Regimento Interno. Então, ele pode acessar a nossa
128 reunião, visualizar externamente. Conselheiro Tânia. **Tânia Maria dos Santos (Titular),**
129 **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu gostaria de fazer uma
130 observação sobre essa denúncia que foi feita, que é seriíssima, que foi feita pela
131 companheira aí, a Júlia, da Vila Caddie, falando que os moradores foram enganados
132 através de um “cadastro”, dado em troca de benefícios, em troca de uma série de coisas,
133 eu acho que isso deve ser investigado, porque não é assim que se procede,
134 principalmente um órgão como o DEMHAB. Então, eu acho muito estranho isso tudo estar
135 acontecendo ali como uma barganha, ludibriando os moradores para que eles fizessem um
136 cadastro, sem falar exatamente o motivo do cadastro. É isso. Obrigada. **Rafael Pavan dos**
137 **Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu quero
138 cumprimentar a Júlia, mas de qualquer maneira já estou contemplado pela fala da Tânia.
139 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:**



140 Boa tarde. Boa noite a todos e a todas, em especial para a Júlia e a comunidade da Vila
141 Caddie. É interessante a gente ver a consideração que o órgão público estabelece como
142 um (Inaudível/interferência no áudio) o órgão público deve trabalhar em função das
143 comunidades e essa denúncia que a Júlia faz é muito grave. Ludibriar as pessoas ou
144 tentar enganar com um cadastro que oferece cesta básica e auxílio, é muito grave, isso
145 deve ser verificado. Então, isso é estarrecedor. E a gente nota que há um processo de
146 exclusão das comunidades e dos seus territórios, isso não pode passar em brancas
147 nuvens. E nós do Conselho, principalmente os conselheiros de regiões, devemos nos
148 posicionar sobre isso. (Sinalização de tempo esgotado). Porque hoje acontece na Região
149 2, amanhã pode acontecer nas outras regiões. E nós temos que tomar um posicionamento.
150 (Sinalização de tempo esgotado). Está bem, obrigado. **Darci Barnech Campani (Titular),**
151 **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu gostaria
152 que fosse esclarecido isso, a Júlia disse que mandou um e-mail na sexta-feira solicitando
153 a inscrição de três nomes e agora está sendo negada a participação do Dr. Marcelo
154 Sgarbosa, que tentou entrar e não foi aprovada a entrada dele na sala. Ele está lá
155 esperando, se houve um e-mail, acho que dá para confiar na pessoa que está aí, a Júlia,
156 né, de maneira a confiar na palavra dela, que ela mandou e-mail. Então, liberar a
157 participação do Dr. Marcelo Sgarbosa, pelo menos pelos 3 minutos que ele tem direito.
158 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
159 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Darci. A gente verificou aqui, a
160 inscrição foi feita pelo Conselheiro Felisberto, a Júlia trouxe uma série de questões, mas
161 não fez a inscrição para o período de Comunicação. Trouxe um e-mail bastante confuso
162 sobre o tema, e, inclusive, foi respondido pela Secretária Executiva. o Conselheiro
163 Felisberto foi muito assertivo, inscreveu a representante Ângela da região. Como veio do
164 e-mail da Júlia, em dúvida a gente abriu o microfone para a Júlia imaginando que talvez a
165 Ângela estivesse junto com ela. Então, Senhores Conselheiros, as inscrições do período
166 de Comunicação. A gente tem inscrito o Conselheiro Felisberto, Conselheiro Hermes,
167 Conselheira Claudete e Conselheira Tânia. Abro, então, a palavra ao Conselheiro
168 Felisberto para fazer o uso do período de Comunicação pelo período de 3 minutos.
169 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:**
170 Primeiro, quero reiterar que apenas acrescentei mais um nome, porque sabia que a Júlia e
171 o Marcelo Sgarbosa se inscreveriam. A Ângela eu entendi que era importante vir, até
172 porque no meu parecer de vista faço menção a “Dona A”, que é exatamente a Ângela que
173 relata todo aquele histórico que está no meu parecer. Segundo lugar, quero dizer, quando
174 a gente vai no Ministério Público, a gente vai em defesa da lisura e da transparência de
175 um processo. Mesmo quando a gente é derrubado neste Conselho e a gente entende que
176 a maioria vence aqui, mas nós não podemos aprovar projeto onde a gente pode constatar
177 irregularidades e muitas vezes os processos não são fornecidos com todos os
178 documentos. Muitas vezes em um processo fica faltando link com outros processos e a
179 gente acaba descobrindo na leitura dos processos. Isso deve ser fornecido a todos os
180 conselheiros, com total transparência. Então, nós conselheiros temos obrigação de
181 analisar com muito cuidado e também temos compromisso, principalmente das regiões,
182 com as comunidades que estão no nosso território, porque são essas comunidades que
183 nos elegem. Não é o grande capital, em algumas até pode ser o grande capital, mas na
184 maioria das regiões são as comunidades que estão no território que nos elegem. E nós
185 temos compromisso com essas comunidades. Então, é importante que a gente tenha esse
186 cuidado, porque hoje é a comunidade da Vila Caddie, amanhã pode ser em outra região e



187 nós já tivemos exemplo na Tronco, em que se sofreu um processo também da compra
188 assistida, bônus moradia e a gente viu o caos que deu, inclusive, com denúncia. Então, é
189 importante a gente ter cuidado e verificar bem as demandas e a vida das pessoas, os
190 direitos que muitas vezes não são respeitados por quem deveria cuidar disso,
191 principalmente quem é funcionário público, ele não deve estar a serviço do
192 empreendimento e sim das comunidades e da legalidade. Muito obrigado! **Hermes de**
193 **Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul –**
194 **SAERGS:** Boa tarde a todos, em especial para a nossa não convidada, mas que se
195 convidou para falar, a Júlia. Eu pedi a palavra inicialmente para falar sobre um assunto,
196 que são as atas, mas eu não vou perder meu tempo com as atas, porque este assunto é
197 bem mais importante. Eu só queria falar o seguinte sobre as atas são, 4.131 linhas, 91
198 folhas, 91 laudas, é possível aprovar atas assim, Secretário. Mais uma vez eu já vou deixar
199 claro que eu vou votar, obviamente, pela abstenção, porque isso é para não se discutir, é
200 para votar no escuro. Sobre a questão da Vila Caddie venho aqui reiterar mais uma vez
201 essa política higienista, quando nos acusam que a gente é ideológico, que a gente faz
202 discurso político, eu estou relatando que essa forma de planejamento é uma forma política,
203 é uma forma ideologizada. O mesmo vale para as pessoas que estão... Eu vou parar e
204 fazer outro raciocínio, quando eu tinha 9 anos, eu acho que comecei a estudar a história
205 do Brasil na escola, eu acho que todos aqui fizeram isso. E lá se falava que quando os
206 portugueses chegaram, eles trocavam o nosso ouro e trocavam as nossas riquezas com os
207 índios dando coisinhas, porcarias. Passaram-se mais de 500 anos e a gente consegue
208 fazer igual. Não se criou nada de novo, essas elites hipócritas são imperialistas, querem
209 dominar e querem elitizar a cidade, que é um bem comum de todos e para isso não tem
210 nenhum escrúpulo de fazer o que fazem. E aqui houve uma denúncia muito grave, mas
211 não precisava ser isso, é todo um discurso de higienização, de beleza, etc. e etc.,
212 enquanto que a nossa cidade está apodrecendo nas periferias. Eu fiz um relatório
213 contundente sobre isso e todos aqueles que defendem esse tipo de coisa fazem parte
214 dessa elite hipócrita, essa elite podre que o Brasil tem, que perpetua e cada vez aumenta
215 mais a riqueza concentrada em nome de uns poucos e o resto da população pedindo,
216 mendigando, implorando para ter o seu espaço. É isso, eu falo grosso, eu falo dessa forma
217 porque o nível da minha indignação é enorme, eu não consigo entender de outra forma. Se
218 sentirem-se ofendidos, faça, uma releitura da nossa história, façam uma releitura, leiam um
219 pouco sobre sociologia e leiam um pouco sobre a história da humanidade. Obrigado.
220 **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO**
221 **CDH:** Boa noite a todos e a todas. Eu imagino o que tenha acontecido com as pessoas
222 que solicitaram a palavra ou que mandaram um e-mail, porque primeiro não havia sido
223 recebido, mas depois foi recebido, que foi confuso, o mesmo com o meu pedido ali no
224 *chat*, que eu pedi para falar em virtude da palavra externa, mas foi ignorado, né. A gente
225 tem que confiar naquilo que as pessoas nos dizem, infelizmente. A respeito da fala
226 externa, que eu fui suprimida de falar, como sempre né, chamou atenção, claro que me
227 preocupa essa denúncia que vem sendo trazida, mas o fato que na apresentação
228 encaminhada pela Doutora Cristiane, em determinado momento ela coloca assim: “Depois
229 de 2015 a comunidade não nos deixou entrar mais lá”. E depois ela coloca mais abaixo
230 que lá em outubro do ano passado, se não me engano, ela conseguiu realizar. Até fiquei
231 em dúvida com relação a isso e mais ainda preocupada com a questão que vem trazida à
232 tona agora. A segunda questão, Hermes, as atas são importantes sim, eu não sei se nós
233 vamos votar hoje, porque fazem sessões e sessões que as atas, embora estejam na pauta,



234 há um descaso da nossa Secretaria, do nosso Secretário, que sequer a gente vote elas.
235 Existe um convênio, uma licitação, um contrato onde as atas têm que ser entregues a cada
236 7 dias e a última que nós recebemos atualizada deve fazer no mínimo uns 2 anos, ou seja,
237 não há nenhuma preocupação com que essas atas cumpram realmente uma função a qual
238 elas se destinam. A terceira coisa que eu gostaria de solicitar e eu gostaria que viesse
239 aqui, o Artur trouxe outro dia, mandou um link para nós, ele colocou no site da Prefeitura a
240 relação dos projetos prioritários. Nós tínhamos apenas 78 projetos prioritários naquela lista
241 que constava no site, embora a própria menção ao texto apresentado falasse em 136.
242 Então, tinha uma divergência ali de projetos prioritários. Além disso, cumpre que esses
243 projetos prioritários que foram feitos com base em um decreto que não foi discutido aqui
244 com o sistema de planejamento, que é o CMDUA, em função da Covid. Então, eu gostaria
245 que isso fosse apresentado para nós conselheiros no que se baseiam, quais os critérios e
246 como que funcionam esses projetos prioritários. Seria isso. Obrigada. **Tânia Maria dos**
247 **Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Bom, na
248 verdade, eu venho novamente falar sobre aquele projeto. Hoje eu estive numa reunião do
249 Ministério Público com o Mato Sampaio, com relação a um gravame que vai ser feito no
250 novo gravame em detrimento daqueles que iriam ser feitos, de botar uma praça e tirar as
251 pessoas dali, foi feito um novo gravame e que vai entrar em votação agora. Foi bastante
252 interessante a reunião, eu vou receber depois os mapas e as fotos e eu vou trazer aqui no
253 Conselho para a gente falar, eu gostaria de falar sobre isso. Outra coisa, voltando a falar
254 um pouco sobre aquele processo que eu não recebi ainda, eu falei justamente sobre isso e
255 várias pessoas ficaram de me dar um retorno, mas até agora não recebi um retorno. Eu sei
256 que é um projeto antigo, mas tem em várias coisas ali que a comunidade quer bater,
257 principalmente os traçados viários dentro da comunidade. Outra coisinha, eu gostaria de
258 pedir, Secretário, uma inversão de pauta, eu sei que tenho um processo que voltou, meu,
259 só que eu tenho um evento, eu faço parte do Conselho de Cultura e eu tenho um evento
260 agora, eu vou fazer a finalização da reunião da cultura cantando. Então, eu gostaria que
261 invertesse essa pauta para que eu não me atrase. Vou ter que sair logo mais, mas eu
262 retorno à reunião. Era só isso. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e**
263 **Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
264 Obrigada, Conselheira Tânia, pelos seus esclarecimentos. Só comentando aqui, de forma
265 geral, a partir das comunicações externas, internas, lembrando que o período de
266 comunicação é a oportunidade que todos os conselheiros têm para manifestar as diversas
267 posições, não necessariamente o governo tem que responder todas as questões, é aberta
268 nessa oportunidade de manifestação. Eu vejo as falas da Conselheira Claudete, que
269 sempre tenta trazer uma linha de raciocínio, defendendo o ponto de vista dela, mas que
270 não se conforma com a realidade por inúmeras vezes e por isso que a gente por muitas
271 vezes não responde os questionamentos levantados pela Conselheira Claudete. É um
272 direito dela fazer as manifestações das mais diversas formas. Lembrando que a inscrição
273 para as respostas, que a senhora se inscreveu para a fala externa foi depois que a gente
274 encerrou a inscrição, por isso que não lhe demos a oportunidade da fala. Em relação às
275 atas a gente atende aos pedidos dos próprios conselheiros, que muitas vezes demandam
276 no sentido de terem mais tempo para avaliar. Olha o exemplo do Conselheiro Hermes, que
277 trouxe toda a quantidade de folhas em relação às atas, por isso a gente sempre dá um
278 tempo mais significativo para que vocês possam avaliar e, principalmente, quando temos
279 pautas mais complexas, a gente avança nas pautas. Outro ponto importante destacar,
280 dizer que aqui foi devidamente esclarecido esse processo relacionado ao empreendimento



281 na Rua Marechal Andréa, a gente teve as reuniões realizadas nas sessões dos dias 23/02
282 e 02/03. Então, para a correta compreensão do tema, se, porventura, alguém que esteja
283 nos assistindo e não consiga entender aquilo que está se debatendo, pode acessar a
284 reunião lá disponível em nosso canal no YouTube no dia 23/02 e depois do dia 02/03,
285 onde tivemos todos os esclarecimentos jurídicos feitos pela Procuradora Doutora Catarina,
286 representante do DEMHAB, com relação ao processo judicial, ficando bem claro,
287 naturalmente, que não se trata do empreendimento estar retirando as famílias dali. Na
288 verdade, o empreendimento é uma alternativa que o município encontrou para cumprir a
289 determinação judicial com relação à retirada das famílias dali. O empreendimento não se
290 localiza onde estão as famílias ocupando, elas estão hoje ocupando uma área pública, em
291 função disso teve uma demanda judicial, discutida com o município, feitos todos os
292 recursos possíveis e transitado nesse momento em julgado. Então, o empreendimento é
293 uma alternativa, por ser próximo ali a gente fez uma composição de que os recursos
294 decorrentes da contrapartida, do parcelamento do solo ali do empreendimento pudesse ser
295 transformados em compra assistida, dando essa alternativa para os moradores que teriam
296 que ser realocados do local, poderem comprar um apartamento em outro local, a partir dos
297 critérios definidos, dos decretos, regulamentações, as ações correlatas que tratam dessa
298 modalidade. Então, nesse sentido a gente avança para a nossa pauta. **4. ORDEM DO DIA.**
299 **ITEM 4.7**, dando continuidade ao expediente que já abrimos na sessão passada. É
300 importante a gente estar dentro de um processo sendo discutindo, a gente interrompeu na
301 reunião passada. É importante a gente concluir o relato de vista da Conselheira Claudete.
302 Nós estamos no momento de relatos de vista. Lembrando que esse processo já teve o
303 relato feito pela relatora. Então, Conselheira Patrícia, representando a Secretaria do Meio
304 Ambiente e da Sustentabilidade. Depois a gente teve alguns relatos de vista, 8 relatos de
305 vista das regiões de planejamento. Então, o nono relato de vista foi solicitado pela
306 Conselheira representante do Acesso, a Conselheira Claudete, que hoje conclui o relato
307 de vista e a gente tem condição de colocar o processo em discussão. Antes de passar a
308 palavra para a Conselheira Claudete poder fazer seu relato, Conselheiro Felisberto.
309 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:**
310 Secretário, teve um pedido de inversão de pauta da Conselheira Tânia. Não sei se o
311 senhor vai colocar em votação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de**
312 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro
313 Felisberto. Hoje nós estamos com um processo ainda em aberto, o 4.7. Então, certamente,
314 este processo vai tomar toda a nossa reunião. A senhora não se preocupe, vai ficar para a
315 próxima reunião o seu processo em pauta. Como a gente está ainda no processo de
316 relatos de vista fica ruim se colocarmos outro processo em pauta, pode ter uma discussão
317 própria, enfim, pelo seu tempo. Então, nesta reunião de hoje a gente segue avançando e
318 na próxima agenda avançamos no processo que retornou, não sei se é da relatoria da
319 Conselheira, enfim, do interesse da conselheira. Conselheira Claudete, por favor. Tem
320 uma Questão de Ordem da Conselheira Maristela ou da Vereadora. **Maristela Maffei**
321 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite. Desculpa,
322 Claudete, eu te interromper, é bem rápido, eu já estou saindo também. Eu estou entrando,
323 Secretário, primeiro para cumprimentar a todos e dizer que hoje não estou imbuída hoje de
324 conselheira do Plano Diretor, porque estou vereadora de Porto Alegre, com muito orgulho.
325 Então, eu quero manifestar para que conste em ata, para que seja descontado o dia de
326 hoje. Infelizmente, a nossa suplente não pode participar, mas por uma questão legal estou
327 fazendo da melhor forma possível, por isso estou me manifestando. Então, uma boa



328 reunião e obrigada. Até daqui a pouco mais, que logo estarei voltando com vocês, mas
329 estou orgulhosa, porque entrei bem no dia 08 de março. Então, estou muito feliz. Ah, farei
330 uma manifestação amanhã sobre o Plano Diretor em plenário, quem quiser assistir é só
331 entrar na TV Câmara. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de**
332 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado.
333 Parabéns, Conselheira Maristela, que representa a o nosso Conselho na Câmara de
334 Vereadores. Fica registrada a sua consideração aqui em ata. Conselheira Claudete, por
335 favor, para fazer o uso da palavra. **RELATO DE VISTA. Claudete Aires Simas (Titular),**
336 **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Então, esse expediente, na
337 verdade, trata de um EVU de parcelamento com edificação e alteração de diretrizes e
338 gravames. Ou seja, nós temos dois expedientes aqui sendo analisados. Espero que o
339 Secretário tenha a mesma ponderação que teve nas outras apresentações, que o tempo
340 também seja dobrado, já que nós temos dois expedientes. A análise que eu vou fazer vai
341 se defender em especial na legalidade da proposta urbanística e na dita solução que está
342 sendo apresentada para as famílias da Vila Caddie. No que tange a alteração da diretriz
343 viária, objeto da resolução que acompanha o processo EVU, o traçado original passava
344 pelo centro do terreno do empreendedor proponente, cuja readequação que está sendo
345 feita aparece mais para melhor aproveitamento do uso da gleba do que para atendimento
346 da infraestrutura urbana. Cabe aqui a gente lembrar, por exemplo, as manifestações do
347 Conselheiro Rômulo, do nosso Conselheiro Rafael, que colocaram muito bem as questões
348 quanto à ausência de animação urbana, fachada ativa. Não há também dentro do parecer
349 da CAUGE uma justificativa para que esse quarteirão seja tão grande, muito além daquele
350 limite previsto no PDDUA. Então, nós temos que o caráter de benefício pessoal dessa
351 nova readequação da diretriz viária pode ser perfeitamente visualizado nos pedidos feitos
352 lá em 2015 e reprisados pela CFL e terceiros interessados, na verdade, em 2017. Cumpre
353 destacar que conforme mencionado no processo tem um termo de compromisso firmado
354 pela Savarauto, que ele estaria de acordo com o traçado antes dessa alteração que nós
355 estamos fazendo aqui assim. E que eles se obrigaram também a fazer a execução da
356 divisa no fundo do terreno. A matriz viária, no caso, passava antes também pelo terreno da
357 Savarauto, mas ela foi readequada para não cortar mais aquele terreno, aí eles vão ajudar
358 também na remoção da Vila Caddie, ainda que em contrariedade àquilo que dispõe o
359 Estatuto da Cidade, a Lei da Minha Casa Minha Vida, uma vez que é em detrimento do
360 direito daquelas famílias que há mais de meio século lá residem. É bom lembrar também
361 aqui que o lindeiro Country Club também tinha uma diretriz viária que passava sobre o
362 imóvel dele, a qual foi readequada para respeitar os comprometimentos existentes, bem
363 como para viabilizar o campo de golfe daquela entidade. E aí eu pergunto, meus senhores,
364 por que motivo aos moradores da Vila Caddie a mesma ponderação conferida aos
365 lindeiros não foi utilizada pelo município? Ou seja, para readequar a diretriz viária e passar
366 por cima da comunidade eu posso, mas para readequar, para garantir e efetivar o direito
367 de moradia ali não tem. E outra questão que se coloca, que as famílias ali não poderiam
368 ficar, porque nós temos uma questão de segurança, uma questão de uma diretriz viária
369 que não existia e está sendo colocada dentro da vila, da comunidade, em cima do
370 tracejado da comunidade e não pega toda ela, né; e por uma questão de saneamento. O
371 saneamento, como muito bem apontou o Conselheiro Mark, é responsabilidade do
372 município. Segurança, se nós fossemos considerar esse critério, bom, então, ia ter que
373 remover a Mário Quintana, a Bom Jesus, a Cruzeiro. Não me parece que esse seja de fato
374 o verdadeiro argumento. No que dispõe sobre a conversão de área pública em obras e



375 serviços, a praça, é importante a gente destacar o pronunciamento do técnico da SMAMS,
376 no Parecer nº 142/2018, quando da emissão da diretriz. Lá ele refere a inadequação da
377 praça. A lei diz que não tem o formato favorável, os muros tornam a área insegura e
378 destaca que a área é considerada de caráter residual frente a uma demanda que
379 necessitaria um impacto urbano e se esperava uma praça contornada por vias. Ou seja,
380 em outras palavras o técnico diz que a praça é inadequada em seu formato, em sua
381 localização e na acessibilidade. Quanto ao uso da recompra, cumpre que tais valores
382 tenham fins específicos e taxativos previstos em lei. A destinação para outro fim, tal como
383 bônus moradia ou compra assistida, ela não se encontra dentro das hipóteses legais
384 previstas no nosso Plano Diretor. A gente não desconhece a Nota Técnica 257/2018,
385 firmada pelo Procurador, então, na época assistente técnico da Procuradoria, o Dr.
386 Germano, cujos fundamentos, contudo, não possuem amparo legal. Ainda que se
387 cogitasse interesse da administração pública, como consignado na nota, é vedada à
388 administração agir ao arripio da lei ou quando ausente previsão legal. Lá o professor
389 Rômulo lembrava o bê-á-bá dos princípios urbanísticos que estavam sendo violados. Aqui
390 eu vou lembrar o bê-á-bá do Direito, no que tange a administração, né. E aí eu vou trazer a
391 lição do Eli Lopes Meirelles, que diz: “Na administração pública não há liberdade nem
392 vontade pessoal, enquanto ao particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na
393 administração só é permitido o que a lei autoriza”. Se a lei não autoriza não é permitido
394 utilizar recompra para tal fim. No mesmo sentido da necessidade de previsão legal não dá
395 para desconsiderar a manifestação do responsável técnico da SMURB, também no
396 Parecer nº 142/2018, advertindo quando há necessidade de deliberação legal para fins de
397 utilização do instituto na forma como sugerido. É inconcebível considerar que uma nota
398 técnica emitida, seja por assessor técnico, ou seja procurador, possa se sobrepor à
399 necessária deliberação Legal. Ou seja, ela dispensa lei porque eu tenho uma nota técnica
400 agora atestando sobre o interesse da administração. Ou seja, os critérios técnicos de
401 motivação para aplicação da conversão da destinação de áreas públicas no parcelamento
402 do solo, cujas razões devem estar no EVU, eles decorrem de uma hipótese sem amparo
403 legal para a solução adotada. Em depoimento, inclusive, daquelas legalmente previstas,
404 que são as obras e serviços da unidade básica de saúde ali do IAPI. Essa é uma previsão
405 legal, mas essa está em detrimento para utilizar para um fim que a lei não prevê. Além
406 disso, veja que está sendo proposta uma solução para o reassentamento da vila com base
407 na recompra sem a gente conhecer os efeitos econômicos daí decorrentes e sem que se
408 tenha uma análise adequada. Inexiste levantamento cadastral ou social completo e
409 atualizado da área, tampouco se tem uma análise sobre eventuais direitos reais incidentes
410 sobre a gleba. Aliás, inexiste no expediente avaliação do imóvel correspondente ao
411 percentual da doação, como é obrigatório, porque além de garantir a correspondência em
412 valores monetários, a gente também tem que verificar se é adequado à solução proposta,
413 coisa que muito bem destacou o Conselheiro Mark no seu relato. Alheio a tudo isso,
414 estranhamente, sem ter qualquer avaliação ou estudo que projetasse os recursos que
415 seriam advindos com a recompra, veja-se que o reassentamento fica condicionado aos
416 valores, aos limites da lei do bônus moradia. Ou seja, eu não conheço nenhum valor, mas
417 eu vou restringir aos limites dos 79, 78 mil lá. Ou seja, parece que há uma segurança
418 jurídica e uma garantia conferida apenas ao empreendedor, em detrimento ao interesse
419 público, né. Não é demais lembrar no passado que já foram instauradas sindicâncias para
420 apurar procedimentos decorrentes de recompras, que apontavam indício de prejuízo ao
421 erário, como bem destacado no próprio site da Prefeitura. E eu acredito que isso deva ser



422 analisado também no presente caso. Não fosse tudo até aqui exposto suficiente, veja que
423 é flagrante renúncia de garantia pelo município. Apenas para exemplificar, cita-se a
424 execução da praça que deve ser efetuada pelo empreendedor, contudo, o Habite-se não
425 está condicionado à dita execução, como normalmente seria o caso. E basta a gente
426 lembrar uma coisa que citou hoje a Tânia, o caso da Bom Jesus, da Mato Sampaio. O
427 Habite-se está condicionado apenas à execução dos passeios do qual o imóvel vai ser a
428 frente, incorrendo grave risco de lesão à administração, quando deveria ter sido adotado,
429 na verdade, os padrões utilizados para o recebimento das áreas públicas, conforme
430 determina o nosso Plano Diretor. Qual o motivo de tal flexibilização que está sendo
431 mencionada? Porque ela contraria também o disposto no artigo 25, do Decreto nº
432 18.431/2013. Aliás, a gente não encontrou no parecer da CAUGE justificção e nem
433 fundamentação para tal flexibilização, fato de extrema gravidade que a gente deve apurar
434 também. Diz que anexo ao expediente, a gente tem apenas um pedido de reconsideração,
435 cujo firmatário não sei quem é, muito menos em que data foi protocolado. Para não passar
436 *in albis* aqui assim, a gente está fazendo uma proposta de projeto para aplicar com base
437 na lei de bônus moradia, né. Só que elas não são aplicadas como o proposto. O uso do
438 bônus moradia tem que ser uma opção do atingido, diz isso lá na lei, não podendo ser uma
439 posição. Além disso, o custeio do bônus moradia atribuído a um consórcio de empresas;
440 que empresas são essas? Onde que se falou aqui em consórcio de empresas que vão
441 fazer isso? Não foi em nenhum momento apresentado esse consórcio. Ele viola e expressa
442 a disposição legal, uma vez que tais despesas devem vir de dotação própria consignada
443 no orçamento do Executivo Municipal, conforme dispõe no artigo 10. Veja-se ainda que
444 nem a responsabilidade pelo ônus da demolição, das construções da Vila Caddie, pode
445 ser atribuída ao dito consórcio. Eis que, também é expressamente obrigação do município,
446 conforme artigo 6º, parágrafo único. Assim, toda e qualquer disposição em sentido
447 contrário à legislação aplicável pode ser contestada e questionada, acarretando
448 insegurança jurídica e o ônus para a administração. É um compromisso que já nasce
449 morto, e aí não é por menos que a gente vê muitas vezes aqui compromissos firmados que
450 seis meses depois estão sendo refeitos ou compromissos que estão sendo aditados e não
451 são cumpridos. Eu vejo sérias preocupações nessa proposta que está sendo apresentada.
452 Merece ainda um olhar mais atento o fato que a gleba em análise tem origem em um
453 fracionamento irregular. Aquilo ali tudo era uma área do INSS, onde iniciou a Marechal
454 Andréa. Essa área foi adquirida em 1989, mas o registro dela foi efetuado só em 2015, e
455 ainda sim parece que tem contratos que não estão averbados na matrícula. Bem como
456 existe divergência na área escriturada face à área existente no local. A qualquer
457 proponente junto ao município, conforme determinam os procedimentos padrões, a
458 matrícula atualizada seria um dos documentos iniciais a se instruir no processo, mas
459 parece que aqui o expediente não segue os padrões usuais. Revela-se ainda pertinente
460 destacar que o município recebeu uma doação de área, de 220 m² do imóvel, que era
461 pertencente a Savarauto, sendo a única área de domínio público existente no local. E a
462 gente ouve aqui assim dizer que todas as famílias estão em área pública, né!? E mais
463 estranho ainda, que as plantas de EVU em nenhum momento, pelo menos aquelas que
464 nós tivemos vista, né, eles mostram onde seria essa área do município. Então, não estou
465 entendendo, tem alguma coisa aí que está estranha. Por fim, cumpre destacar que o
466 proponente dispõe que a proposta urbanística, arquitetônica e paisagística apresentada
467 pretende valorizar a paisagem urbana, ela pretende melhorar a mobilidade, dentre vários
468 predicados que estão ali, agregando maior valorização ao bairro. Como se o bairro, na



469 verdade, precisasse de maior valorização. Mas para que referida proposta seja viável para
470 que ela aconteça, a gente tem que mudar o nosso Plano Diretor. Então, assim, eu entendo
471 que as alterações que estão sendo feitas não são regras gerais, elas não são regras
472 abstratas, nem são regras impessoais, elas visam, na verdade, atender e viabilizar o
473 empreendimento sobre análise. Então, ela atende, portanto, a interesse exclusivo do
474 empreendedor. Então, ela parece de ilegalidade, ela fere os mais basilares princípios
475 urbanísticos da administração pública, além de significar uma revisão às avessas do
476 próximo Plano Diretor. Ainda tem lá um considerando, que alterações futuras do Plano
477 Diretor serão necessárias. Que alterações são essas? Talvez para o próximo
478 empreendimento que está ali do lado que não saiu, né. Então, é complicado esse tipo de
479 coisa. Eu vou me deter, vou falar um pouquinho só sobre essa solução apresentada como
480 parte de uma ação social em benefício das famílias. Então, aprofundando-se nessa
481 questão, como parte de uma ação social para retirada e reacomodação das famílias,
482 através da utilização desses recursos da recompra, que não têm previsão legal, além de
483 contrariar o ordenamento vigente eles violam também o direito humano fundamental à
484 moradia. Aparentemente, no caso parece colocar um conflito entre direitos fundamentais, a
485 urbanização de uma área de lazer, que é tida como prioridade, porque tem espaço, na
486 verdade, mas eu vou priorizar a praça, não as famílias e o direito à moradia. Contudo, na
487 composição de antinomias entre direitos fundamentais, a análise efetuada não pode se
488 apresentar desconectada dos preceitos basilares da Constituição, que serve exatamente
489 para regular as relações da sociedade. E embora no exame de um conflito em direito
490 subexista espaço para a subjetividade, ele não significa o emprego da aleatoriedade. E aí
491 eu pergunto: o que é essencial à dignidade humana, a moradia ou o lazer? Qual é o objeto
492 do direito urbanístico, a ordenação da cidade, dos espaços melhorando as condições de
493 vida do homem ou o melhor aproveitamento econômico das glebas como a gente tem visto
494 tramitarem os processos aqui? É público e notório que as famílias da Vila Caddies residem
495 lá há mais de meio século. Em função exatamente desse transcurso de tempo eles
496 possuem direitos de envergadura constitucional, legal e em especial o direito à moradia, a
497 concessão de uso, a gente tem a lei da REURB, o Estatuto das Cidades. E inexistindo os
498 direitos reais em favor daqueles que ali residem não tem como falar em ocupação
499 irregular, em invasão, o que a gente tem, na verdade, é uma existência de direitos que
500 estão aqui sendo ignorados, estão sendo vilipendiados os direitos desses moradores.
501 Ademais, em qualquer solução que se apresente ele deve garantir à comunidade a
502 manutenção dos seus meios de geração de renda, respeitando a adequação e
503 identificação territorial e cultural da comunidade, cuja preservação das comunidades
504 tradicionais tem envergadura constitucional. E aqui muito bem trouxe o nosso Conselheiro
505 Felisberto, que é uma extensão de um território quilombola e que está sendo ignorado
506 também tal fato na proposta desse expediente. Na mesma senda, cumpre referir que a
507 solução apresentada também não pode configurar um retrocesso social em relação a
508 outros direitos fundamentais, tais como trabalho, saúde, educação, sendo incontestes,
509 como já foi colocado por todos aqui, a importância dessas famílias face o Country Club, de
510 onde elas retiram a sua renda. E essa lei do bônus moradia que está sendo proposta para
511 eles fragrantemente inviabiliza com que eles permaneçam na região ou será que nós
512 vamos conseguir naquele bairro alguma casinha que seja por R\$ 78 mil? Mas alguém
513 disse aqui que eles podem financiar. Justifica a Nota Técnica 257, que eu citei lá acima,
514 do Dr. Germano, para a solução encontrada, que é a utilização da recompra, que a
515 interpretação utilizada, ele reconhece que ela não está na lei – *Mas que se alinha aos*



516 *princípios e diretrizes norteadores da política urbana do município positivadas no Plano*
517 *Diretor, com vista à promoção da qualidade de vida e redução das desigualdades sociais.*
518 Contudo, estranhamente, veja que ele deixa de desconsiderar todo o arcabouço legal
519 existente, conforme eu referi antes, que contradiz os próprios fundamentos da nota que foi
520 expedida. Talvez seja por isso que o Secretário diz que eu não sei me comportar em
521 sessão e que eu tenho dificuldade em expor meus pensamentos, deve ser por isso. Cabe
522 ainda referir que a posse exercida pela Vila Caddie é conhecida dos entes públicos
523 anterior mesmo ao parcelamento do solo efetuado pelo Country Club. Já naquele
524 expediente, ao que tudo indica, poderia ter sido efetuado o levantamento socioeconômico
525 dos moradores e posseiros, bem como a constatação de que esses são, na verdade, os
526 verdadeiros proprietários da área sobre o qual exercem domínio. No entanto, a par das
527 irregularidades denunciadas naquele expediente, salvo melhor juízo, cumpre que a única
528 medida tomara que se tem conhecimento foi encaminhado pelo, então, Secretário na
529 época, de alteração do Regimento do CMDUA, com vista à limitar a atuação e retirar a
530 autonomia dos conselheiros, repisados depois na Resolução nº 01/2020. Nesta gestão,
531 aliás, eu tenho que registrar aqui, a gente já teve três alterações no Regimento Interno,
532 sem que isso tenha significado melhoria nos procedimentos adotados ou na qualificação
533 do debate. Muito pelo contrário, faz três sessões que a gente está lendo pareceres,
534 momento de fala a gente vai ter dois minutos e apenas uma única vez. Pertinente,
535 oportuno destacar ainda, que o inquérito civil aberto pelo Ministério Público do Rio Grande
536 do Sul tem por objeto acompanhar o cumprimento da decisão proferida lá na CP, mediante
537 a regularização fundiária e urbanística nos termos do marco regulatório da REURB. Essa
538 lei, na verdade, é superveniente, ela veio depois da sentença condenatória que ordenou o
539 reassentamento da comunidade e cujo um dos seus objetivos é exatamente ampliar o
540 acesso à terra urbanizada e a população de baixa renda, priorizando a permanência dos
541 ocupantes nos próprios núcleos informais. Existe um inquérito, o inquérito é para isso, é
542 para ver a aplicação da REURB na execução de sentença, que não iniciou ainda, muito
543 bem colocado pela Doutora Cristiane. Ao que parece, contudo, a permanência das famílias
544 no local, a aplicação da REURB nunca foi cotejada pelo município. Dá conta disso, talvez, o
545 fato de que a opção pela recompra data de 15 de dezembro de 2017, antecedendo ao
546 próprio julgamento do Tribunal de Justiça na ACP. Em que pese tenha sido aqui
547 apresentado como a base fundamentação para essa opção, está lá dentro do processo.
548 Aliás, os encaminhamentos e análises a serem direcionados pelo município contrariam
549 todos os princípios e leis existentes exatamente que dispõe sobre a priorização e
550 permanência dos ocupantes no próprio local. Talvez não seja demais lembrar aqui que a
551 proximidade dos pobres acarreta a desvalorização imobiliária ou fundiária. Ao que parece
552 o único e real motivo para não regularização das famílias no local em que se encontram,
553 parte da população ali residente não conheceu os direitos mais universais de emprego,
554 previdência, saúde, educação, mas a comunidade sempre se mobilizou, ela sempre
555 demandou nas esferas de participação em busca dos seus direitos, mas os direitos sempre
556 restaram esquecidos e negados pelo Município. Ou seja, eu posso ajustar tudo no entorno,
557 menos a comunidade. Essa não é a prioridade, não existe uma limitação urbanística para
558 que não fiquem ali, as limitações são outras, né. Outrossim, diga-se de ainda, que a
559 solução apresentada pelo... (Sinalização de tempo esgotado). Eu posso concluir,
560 Secretário? A nossa relatora fez a apresentação em 33 minutos e a Doutora Cristiane em
561 22, eu estou a recém em 20 minutos, Secretário. Eu já estou concluindo, obrigada.
562 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**



563 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, conclua. **Claudete Aires Simas (Titular),**
564 **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Outrossim, diga-se ainda que a
565 solução apresentada pelo oferecimento do bônus moradia sequer foi debatido ou acordado
566 com a comunidade, violando as mais basilares normas e diretrizes nacionais e
567 internacionais. E aí eu tenho o Estatuto das Cidades, eu tenho os comentários da ONU, eu
568 tenho dois momentos que impõem uma participação ativa dos ocupantes, seja na questão
569 do reassentamento, seja na questão desse projeto e em nenhum desses projetos foi
570 cumprido. É uma questão obrigatória, não é uma faculdade, não é uma discricionariedade,
571 é uma obrigatoriedade e nós aqui não respeitamos. Então, diante de todo este exposto,
572 assim, cabe dizer da impossibilidade jurídica da proposta, devendo ser indeferido tanto o
573 EVU de parcelamento, quanto a resolução de diretriz viária. Eu tenho que registrar aqui
574 mais uma vez que inexistente controle social, que inexistente informações adequadas, acesso à
575 informação, à transparência necessária. Nesse sentido, a gente vem questionando e o
576 Secretário diz que embora eu exerça um húnus público aqui, ele não é obrigado a
577 responder os meus questionamentos, né, mas a gente não teve acesso aqui a CP, a gente
578 não teve acesso ao processo que tramita no DEMHAB, a gente não teve acesso aos
579 termos de compromissos que incidem sobre essa rua que eu quero alterar, não tivemos
580 acesso também ao expediente que retifica essa matrícula. Ou seja, a área não é definida
581 ainda. Está sendo retificada? Não sei! Não conheço! Mas o Secretário diz que não é
582 obrigado a responder, né. Importa destacar que o licenciamento prioritário conferido a
583 esse projeto foi deferido por um despacho do Diretor Geral Artur, também conselheiro no
584 CMDUA. E, salvo melhor juízo, carece de fundamentação, porque não há nenhum cotejo
585 entre o decreto e o deferimento, ele simplesmente enunciou ali quais são os objetivos do
586 decreto e a gente sabe que todo o ato da administração deve ser motivado. Aliás, eu já
587 referi isso outras vezes, que vêm chegando projetos prioritários sem sequer que se
588 mencione isso nos processos. Ele vem com comentário, mas não sei, a gente tem que
589 adivinhar, bola de cristal, né. No mais, evocamos mais uma vez a inconveniência, a
590 ilegalidade, que afrontam o duplo grau de jurisdição e a própria moralidade administrativa
591 o fato de que servidores ou detentores de cargo de comissão que atuaram no processo
592 votem também no plenário. Então, eu estou evocando mais uma vez, embora ele não seja
593 respeitado, faço o registro, o impedimento legal de todos aqueles que atuaram no
594 expediente, em qualquer condição de votarem no plenário sob pena de nulidade. Não
595 menos oportuno, cabe-se destacar ainda o fato de que a responsável técnica pela
596 proposta apresentada, a Arquiteta Raquel, exerce também a condição de conselheira
597 suplente neste plenário, assim como foi firmado requerimento também pelo Conselheiro
598 Antônio Carlos Zago. Em qualquer instituição ou órgão, em respeito à administração, essa
599 atuação seria no mínimo vedada perante o órgão que faça parte. O que impõe, se já não
600 existe, uma normatização a respeito disso e isso não tem nada de questão pessoal, quem
601 trabalha com ética administrativa e com descentralização da informação vai entender muito
602 bem o que nós estamos colocando. O que não trabalha com isso vai se sentir ofendido,
603 pessoalmente. Era isso. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal**
604 **de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira
605 Claudete, pela manifestação. Conselheira sempre muito diretiva, no sentido articulado de
606 manifestar o seu ponto de vista sobre o processo. Ressaltando, então, a gente abre o
607 período da inscrição para a discussão. Só reforçando, com relação às questões formais
608 levantadas pela conselheira, é do seu direito no relato de vista, de fazer e de manifestar o
609 seu posicionamento. Então, ali ela coloca um direito dela. No entanto, as questões de



610 formalidades, todas foram vistas pelo município, analisado pela comissão de análise
611 urbanística, com representantes da Procuradoria Geral do Município, todas as questões de
612 formalidade, de tramitação do processo de vinda, a construção jurídica, tudo foi verificado
613 e analisado pelo corpo técnico do município. Lembrando mais uma vez que o
614 empreendimento é uma alternativa à condenação do município com relação a retirada das
615 famílias, muito bem explicada pela representante do DEMHAB na reunião da terça-feira
616 passada. Então, importante só deixar claro para que não haja dúvida em relação aos
617 pontos levantados pela Conselheira Claudete, que exerce o seu direito de manifestação,
618 assim com todos os conselheiros têm essa oportunidade prevista regimentalmente. Então,
619 nesse sentido eu colho a inscrição para o debate. Temos interessados em debater o
620 presente expediente. Lembrando que já tivemos enquanto fazem as inscrições para o
621 debate, nesse processo a gente já teve o relato pela Conselheira Patrícia, representando a
622 Secretaria do Meio Ambiente, teve o relato favorável à aprovação do expediente, depois
623 do relato a gente teve a solicitação de vista dos conselheiros, de 9 conselheiros das
624 regiões de planejamento e entidades, que tiveram a oportunidade pelo período de 10
625 minutos ou mais relatar os seus pedidos de vista. Tivemos o esclarecimento do DEMHAB
626 em inúmeras oportunidades sobre o procedimento, até antes mesmo do processo ser
627 pautado. Então, nesse sentido eu consulto aos conselheiros se temos escritos para
628 debater o presente processo. Conselheiro Mark, Conselheira Claudete, Conselheiro
629 Hermes, Conselheiro Adroaldo, Conselheiro Artur, Conselheiro Dal Molin, Conselheira
630 Lisiane, Conselheira Caroline, Conselheiro Saffer, Conselheiro Rômulo, Conselheira Júlia,
631 Conselheiro Rafael, Conselheiro Emílio e por último a Conselheira Patrícia Relatora.
632 Também o Conselheiro Emerson e o Conselheiro Darci. Temos a Conselheira Cláucia
633 substituindo o Conselheiro Felisberto, que não se faz presente. Então, Senhores
634 Conselheiros, em não havendo mais inscritos encerramos a inscrição para os debates e
635 abro a palavra pelo período de dois minutos, temos muitos conselheiros inscritos. Este
636 processo foi amplamente debatido, vem sendo nas várias oportunidades, todos tendo
637 oportunidade de fala, agora é o momento para encaminhamentos finais antes da gente
638 colocar em votação pelo período de dois minutos. Então, vou ser incisivo em relação à
639 cobrança do tempo. Por favor, se atenham ao tempo. Conselheiro Mark, dois minutos.

640 **DEBATE DO EXPEDIENTE: Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia**
641 **do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite a todos. É um processo dos mais
642 importantes que nós estamos examinando na noite de hoje e nas noites anteriores que nós
643 tivemos as nossas reuniões ordinárias. Esse processo teve com o parecer da Conselheira
644 Claudete hoje, são nove pareceres de vista. E em todos esses pareceres, na maioria dos
645 pareceres há uma série importante de observações dos conselheiros e conselheiras que
646 questionam a realização desse processo e é muito importante que ele seja questionado.
647 Nós somos representantes de vários níveis de representação da sociedade civil Porto
648 Alegrense para o exame destes casos que nos são trazidos. E eu me ressinto, porque nós
649 começamos essa discussão dentro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e
650 Ambiental dizendo que a população da Vila Caddie estava condenada e que havia uma
651 decisão do Tribunal de Justiça transitado em julgado e que a principal motivação para
652 essa condenação era a ausência de saneamento público, precariedade de serviços de
653 energia elétrica e hidráulica... (Sinalização de tempo esgotado). Sendo que esses mesmos
654 elementos foram solicitados por essa população ali residente nos últimos 70 anos
655 inúmeras vezes. (Sinalização de tempo esgotado). Então, eu vejo que o processo padece
656 de uma aceleração de interesses privados, particulares, que podem ser muito legítimos,



657 mas nesse caso eles padecem de ilegitimidade pelo afrontamento... (Sinalização de tempo
658 esgotado)... do direito à vida e moradia dessa população. Muito obrigado, Secretário.
659 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
660 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Desculpem a minha
661 insistência, mas são muitos conselheiros, temos 20 conselheiros escritos, 19. Então, tenho
662 que ser incisivo na cobrança do tempo. Na sequência a Conselheira Claudete. **Claudete**
663 **Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Pois,
664 então, vou ser rápida no tempo á que o relógio para alguns casos funciona bem, a
665 preocupação é mais com o tempo do que o debate e o interesse público em causa.
666 Primeira coisa que eu pergunto aos conselheiros: qual é o poder de deliberação deste
667 plenário, onde a gente pode apenas fazer pareceres, ler pareceres e aí a gente vota no
668 “sim” e no “não”? Esse é o poder de deliberação, ou seja, não existe a democracia, não
669 raro a gente é acusada aqui no conselho que é contra o desenvolvimento. Realmente, eu
670 sou contra este tipo de desenvolvimento, esse desenvolvimento que viola os direitos
671 humanos e que não respeita a própria cidade, onde a gente coloca as pessoas e aí
672 determinadas pessoas como questão secundária na cidade, né. E cabe aqui só fazer uma
673 menção e lembrar, porque foi dito aqui que não pode ser reassentado no local e aí a gente
674 tem alguns exemplos na cidade de que isso já foi sim possível, basta ter interesse. Aí me
675 preocupa com que olhar essa nova gestão que está entrando na Prefeitura vai querer fazer
676 regularização fundiária. A gente lembrar que a Planetário foi reassentada no local,
677 inclusive, os moradores ficaram no fundo do terreno, enquanto se construía a própria
678 Lupicínio Rodrigues. Era isso. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
679 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado,
680 Conselheira Claudete. Obrigado pelo respeito ao tempo. Na sequência o Conselheiro
681 Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do**
682 **Rio Grande do Sul – SAERGS:** Mais uma vez boa noite a todos. Eu primeiro queria me
683 desculpar pela forma apaixonada e até agressiva como eu falo, mas a defesa da cidade
684 merece muito mais do que isso. Se eu atinjo alguns, eu acho que é uma forma de mostrar
685 a indignação que nós temos de ver como que se conduz esta sociedade. Eu repito aqui, o
686 relato da Claudete é perfeito, assim como vários relatos, abordando a questão urbanística,
687 abordando a questão social. Eu entendo que se a gente tivesse um mínimo de indignação
688 esse processo seria revertido. Por fim, o que mais me preocupa, Secretário, não são os
689 termos às vezes agressivos com certa impetuosidade e até com uma voz mais alta, o que
690 me preocupa é o silêncio. Como eu sou o mais velho junto a alguns aqui, eu me lembro de
691 tempos passados e também me preocupa o recente, o atual, esses momentos que a
692 sociedade se cala enquanto as coisas acontecem. O que me agride mais é o silêncio das
693 pessoas que por conveniência terminam aceitando tudo que é tipo de ilegalidade, como
694 tão bem colocado aqui. Para finalizar, Secretário, eu gostaria que o nosso debate se desse
695 não em cima do cronômetro, que se desse em cima de argumentos. Foram levantados
696 argumentos por mim, por várias pessoas, eu não vou citar aqui, mas os argumentos da
697 Claudete, nenhum deles é rebatido sobre as ilegalidades, sobre o árbitro e sobre essa
698 ideologia que está prevalecendo na Prefeitura, que infelizmente ou felizmente, é nova,
699 nem sempre foi assim. Mesmo em governos mais liberais se tinha um comportamento
700 coletivo crítico. (Sinalização de tempo esgotado). Isso me deixa muito triste. Muito
701 obrigado. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento**
702 **Dois – RGP. 2:** Boa noite, Conselheiros. Pessoal, eu estou observando aqui e vejo que
703 quanto mais tu conheces esse processo mais descobre coisas contra a Vila Caddie. Nesta



704 votação será construído tudo que foi construído em 100 anos por esta comunidade. Talvez
705 esta noite, né. Eu quero registrar aqui, dificilmente os relatos de vista, Conselheiro
706 Hermes, serão atendidos e nada modificará no que está definido dentro deste processo.
707 Para a Prefeitura, a Prefeitura não veio aqui nos dizer qual a situação real hoje em relação
708 à negociação com aquela comunidade, não disse nada. Então, eu vejo que o nosso
709 Conselho neste momento está desarticulado e fragilizado para votar, porque não é uma
710 discussão séria, vamos dizer, com tempo necessário para todos. Temos aqui, inclusive, o
711 representante de todas as comunidades, como, por exemplo, o OP de Porto Alegre, que
712 certamente vai votar a favor da remoção dessas famílias. Temos outros conselheiros que
713 representam outras comunidades que também defendem na sua comunidade a
714 regularização de ocupações irregulares, porque aquelas famílias acreditam em um sonho
715 de um lugar próprio para moradia. E neste momento as vozes se calam. Então, realmente,
716 eu estou frustrado sim com esse debate logo dentro da minha região. Apresentamos duas
717 demandas do OP de 1999 e 2002, valores expressos, definidos pela Região Noroeste para
718 colocar em melhorias naquela comunidade. Tudo isso não foi falado aqui, a Prefeitura, o
719 DEMHAB... (Sinalização de tempo esgotado). Algumas coisas o DEMHAB veio inventar
720 aqui dentro, porque o que nós temos, certamente, eles nem conhecem, não deve conhecer
721 o material que a comunidade hoje tem na mão. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do**
722 **Prefeito – GP:** Boa noite. Boa noite a todos. Bom, Conselheiros, eu acho que o processo
723 já foi exaustivamente analisado, mesmo antes de chegar aqui nesta mesa, foi bastante
724 analisado dentro da Prefeitura, nas suas etapas de diretrizes e EVU é mais ainda pelos
725 relatos que teve. Eu gostaria apenas de trazer o que foi comentado em alguns dos
726 pareceres de vista, que é de como foi a definição para que esse processo passasse a ser
727 classificado como prioritário junto ao município. Os critérios do decreto que dispõem sobre
728 o licenciamento ambiental e urbanístico prioritário são bem claros. Então, ele traz no seu
729 artigo 1º três características para que os empreendimentos possam se enquadrar de forma
730 muito clara e transparente. Então, por isso que a manifestação assinada por mim, onde
731 determinou que tramitasse de forma prioritária, foi bastante simples, porque bastava que
732 esse processo, se fizesse a solicitação de priorização dentro do prazo previsto, dentro do
733 prazo de 30 dias que foi aberto e ele se enquadrasse na metragem de área construída
734 para que tivesse o empreendimento de tal porte. Também esse mesmo decreto trouxe,
735 independente do porte, para trazer os benefícios da priorização, trouxe como prioritário
736 todos os projetos que tenha alguma relação com a área de saúde, que nesse momento tão
737 importante é pela pandemia. Então, o decreto está disponível para todos, está público, a
738 lista de processos está também pública no site do Escritório de Licenciamento. E todos
739 podem verificar e fazer esse acompanhamento. Era isso, Presidente. **Rogério Dal Molin**
740 **(Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite. Boa
741 noite a todos. Eu venho acompanhando os relatos, venho acompanhando também as
742 manifestações e vejo também, só para não deixar passar em branco, em respeito ao
743 Professor Rômulo, também avalei o que ele escreveu sobre a viabilidade, a constituição.
744 Acho que a própria presença do clube prejudica ali no tecido urbano para que a gente
745 consiga fazer uma permeabilidade melhor, uma constituição melhor, mas acho que esses
746 conceitos, que foram muito bem relatados, inserir os nossos debates com relação ao Plano
747 Diretor. Vejo muitas pessoas aqui falando sobre lei, sobre sociologia, alguma coisa como
748 se o Ministério Público não tivesse atuado, porque o Ministério Público a meu ver ele está
749 ali para defender as pessoas, ele não está ali para defender os governos ou defender a
750 Prefeitura. Então, há relatos que eu vejo como se estivessem fazendo tudo ao arrepio da



751 lei e eu não consigo aderir a estas ideias. Vejo também que não é uma questão que
752 parece que a gente está fazendo uma ilegalidade, não estou enxergando nenhuma
753 ilegalidade nas questões para que a gente possa tomar decisão. Olha, eu trabalhei na Vila
754 do Chocolatão como voluntário, o que aconteceu ali? Era uma área federal, que não se
755 podia fazer saneamento em uma área federal, tinha que transferir as pessoas. Então,
756 naquela época eu era presidente de uma ONG... (Sinalização de tempo esgotado). A
757 gente auxiliou até o IBGE fazer um censo e o primeiro censo deu um valor, aí quando as
758 pessoas souberam que a vila ia sair dali e as pessoas iam ganhar moradia, muitas
759 pessoas acabaram aumentando a população da Vila do Chocolatão em função de que iam
760 ganhar alguma coisa. (Sinalização de tempo esgotado). Tanto que se teve que fazer outro
761 censo e depois fazer um terceiro censo. (Sinalização de tempo esgotado). Porque só
762 aumentava gente, porque houve relatos que iam ganhar residências, com saneamento,
763 com tudo bom em outro lugar. (Sinalização de tempo esgotado). Então, a vila foi
764 transferida e hoje é uma realidade ali na Protásio Alves. (Sinalização de tempo esgotado).
765 As pessoas tiveram direito à vida, direito ao saneamento, tudo como vocês estão falando.
766 (Sinalização de tempo esgotado). Eu participei. **Germano Bremm, Presidente e**
767 **Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
768 Obrigado, Conselheiro. Desculpa a minha insistência, senão vamos passar mais duas
769 sessões discutindo, tem muito conselheiros inscritos. Tenho este papel chato de cobrar o
770 tempo de todos. Na sequência a Conselheira Lisiane inscrita pelo DEMHAB. **Lisiane**
771 **Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:**
772 Boa noite. Creio que muita coisa já foi respondida, já foi tratada com os demais
773 conselheiros. O que o DEMHAB vem frisar é que nós sempre priorizamos o atendimento à
774 população e o reassentamento no próprio local. Neste caso houve uma decisão judicial.
775 Então, estamos nos adequando a isso. Foi tratada em audiência a questão da recompra no
776 Ministério Público, foi anexada a ata ao processo. Queremos dizer que trata-se de um
777 EVU, processo para compra assistida, serão abertos processos em separado para cada
778 família que apresentar, conforme está na apresentação do DEMHAB. Então, a gente está à
779 disposição, nada está sendo feito ilegal ou por baixo dos panos. Todos os processos estão
780 sendo caros e estão documentados. Estamos à disposição. Era isso. Obrigada. **Carolina**
781 **Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento**
782 **Econômico – SMDE:** Boa noite a todos. Eu gostaria de trazer algumas questões do
783 histórico da gleba também, alguns pontos levantados pelos conselheiros. Esse terreno
784 onde está inserido esse empreendimento se localiza em uma área onde o entorno teve
785 muitos loteamentos. Do outro lado a gente tem o Country Club, uma área bastante grande,
786 enfim, e ficou uma área residual. A gente teve, então, o fracionamento administrativo, que
787 em princípio não teve ilegalidade nenhuma no ato para que fosse destacada a Marechal
788 Andréa. Então, resultou em três matrículas, a do INSS, Marechal Andreia e essa outra
789 matrícula. Essa matrícula foi atualizada, ela teve um processo SEI exclusivo para isso,
790 onde foi tratada toda e qualquer necessidade de atualização, onde foi anexada a matrícula
791 e a própria matrícula foi anexada ao processo também. Em relação aos traçados viários,
792 essa previsão de traçado vem desde 1941, no mínimo, que foram os registros que nós
793 encontramos. O Country Club está ali desde 1930 e não encontramos uma data precisa da
794 Vila Caddie, fomos até a década de 70, anterior a isso nós não encontramos, talvez seja
795 mais antiga, mas, enfim, essa previsão viária já vem desde antes. Houve várias alterações
796 nesse traçado, que inicialmente contornava a área do Country, depois foi suprimida,
797 voltou, cortou esse terreno e se entendeu junto com a EPTC que essa proposta seria mais



798 adequada com o que se consolidou no local, a Marechal Andréa já faz esse projeto desde
799 a Plínio até a Nilo Peçanha. E a outra rua, a da UNISINOS, que me foge o nome, ela faz o
800 sentido da Nilo Peçanha para a Plínio, Anita Garibaldi. Então, ali nós temos um sentido
801 duplo. (Sinalização de tempo esgotado). Outra questão que eu gostaria de colocar é que a
802 gente está trabalhando em uma situação consolidada na qual a gente propôs o
803 prolongamento da José Cine Lima, que faz uma conexão. Se a gente cortasse esse
804 quarteirão próximo a Savarauto não faria sentido algum. E, por último, em relação às
805 fachadas ativas, a gente sempre estimula os empreendedores para que se faça a fachada
806 ativa, para que se façam passagens perto de propriedade privada com o público, mas nós
807 não temos amparo legal para obrigar isso. Então, no caso desse empreendimento, metade
808 do empreendimento ficou com bastante acesso público, com alguma animação...
809 (Sinalização de tempo esgotado) ...próxima a Nilo Peçanha e com a interface do interior do
810 quarteirão, que é residencial. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
811 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado,
812 Conselheira Carolina, pelo tempo, representando a Secretaria de Desenvolvimento
813 Econômico, integrante da CAUGE. Conselheiro Saffer. **Sérgio Saffer (Titular),**
814 **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite.
815 Realmente, é um processo bastante debatido e está sendo bastante debatido. Eu acho
816 que houve a apresentação, mas nós estamos tendo algum momento de manifestação,
817 apesar de curto, eu queria comentar o seguinte, que muitas coisas que dizem, estou vendo
818 até alguns técnicos se manifestar, é que realmente deve, como vocês se manifestaram, ter
819 o contraditório, senão parece que as pessoas falam de novo é o que está sendo dito e é o
820 verdadeiro. Nesse sentido, eu vou fazer algumas manifestações, onde eu acho que posso
821 explicar algumas coisas, onde eu não concordo com alguns relatos de vista. Então, o
822 primeiro deles, realmente, a Carolina até acabou de citar sobre a questão das fachadas
823 ativas, esse é um terreno que está do lado, o Country do outro lado, um terreno do INSS.
824 Realmente, as diretrizes foram dadas, mas o projetista tomou uma decisão que na parte
825 mais próxima a Nilo Peçanha ele está todo aberto e tem toda uma questão de trâmite da
826 população. Então, o resto é um terreno de 220, fazer como foram feitos alguns croquis em
827 alguns pareceres, botar lojinhas em todos, isso não vai resolver. Quem é que vai lá? Quem
828 é que vai alugar? Quem é que é que vai fazer isso? Isso não é fachada ativa, o projetista
829 tentou fazer desta forma e fez entre o terreno para a praça, que eu também tenho certo
830 questionamento. Sobre a questão do processo público que está tendo é uma decisão, um
831 pouco do que eu vejo, assim, do município ou talvez condições financeiras de não ter
832 reassentamento neste local. Eu tenho um posicionamento que dentro do possível, como a
833 Claudete comentou, tem alguma situação na cidade que houve o reassentamento. Eu fico
834 com alguns questionamentos meus aqui. Quem entrou no Ministério Público? Isso não foi
835 comentado. Provavelmente, talvez até os próprios moradores. Por que também não veio
836 nenhum morador falar e sim uma professora? Eu não vi nenhum morador dar o
837 depoimento aqui da região? Eu queria ouvir eles. E por último, tem uma coisa que eu
838 também não consegui entender, que eu queria esclarecer aqui, que a Claudete fala, que
839 em qualquer órgão ou instituição, em respeito a princípios administrativos, tal profissional,
840 que no caso é a suplente da minha entidade, seria no mínimo vedada perante.. Eu acho é
841 em respeito aos princípios administrativos, a Raquel nunca participou de nenhuma sessão,
842 ela está como ouvinte pelo YouTube, ela é autora do projeto. Realmente, como que ela ia
843 fazer? Qual é o erro administrativo que está aqui sendo comentado que fala que é no
844 mínimo? No mínimo ela fez o correto, está assistindo pelo YouTube, não participou de



845 nenhuma sessão e que está gravado, se for o caso olhar. Esse assunto já foi levantado
846 mais de uma vez e também sobre uma crítica dos processos... (Sinalização de tempo
847 esgotado). O autor segue o que está nas diretrizes do município. Vou terminar agora com
848 o seguinte, que a questão do processo ter a vila, se não sair o reassentamento o projeto
849 vai ser construído, aí é uma questão administrativa e o que vão fazer com o dinheiro eu
850 não sei, mas que eles vão depositar vão. Por isso também que a carta de Habite-se foi
851 condicionada depois, porque se a vila não sai o empreendimento vai ter a carta de Habite-
852 se, por essa razão que não foi condicionado o Habite-se. **Rômulo Krafta (Titular),**
853 **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite. Eu estava ouvindo
854 com muita atenção, não só os pareceres, como as diversas manifestações aqui, eu acho
855 que nós temos basicamente dois tipos de coisas, uma que são manifestações de opinião,
856 baseado em valores individuais, inclusive o meu (Risos). Está aqui o Sérgio Saffer para
857 não me deixar mentir. A gente gosta de pensar que a doutrina urbanística, e tudo isso é
858 matéria de opinião em última análise. E temos as outras coisas que são matérias legais,
859 que aí, vamos dizer assim, também foram opinião lá atrás, mas que viraram lei. Então,
860 consequentemente, elas têm um peso diferente. Em princípio, eu fiquei impressionado com
861 alguns pareceres que levantaram questões legais, aparentemente, substantivas. Eu até ia
862 sugerir, não sei se isso é possível, mas ia sugerir que a que a Patrícia, que foi a relatora,
863 depois que nós terminarmos, que ela tivesse um prazo para pensar sobre essas coisas e
864 fazer a sua manifestação final, que ela não fizesse isso logo em cima das demais, porque
865 isso, vamos dizer assim, daria um respeito maior a tudo que foi dito. Não sei se isso é
866 possível, mas eu vejo assim. Agora, essa minha preocupação, vamos dizer assim, ficou
867 aliviada com as manifestações do pessoal da Prefeitura, do DEMHAB, da Carolina, que
868 nos asseguraram que essas coisas estão cumprindo com as determinações legais. Então,
869 eu acho que as questões ficam mais, o caminho está mais aplainado, digamos assim. **Júlia**
870 **Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação**
871 **– EPTC:** Boa noite. Então, vou fazer a minha manifestação para pontuar as questões de
872 mobilidade, respondendo ao questionamento do Conselheiro Emílio, acho que faz umas
873 duas reuniões que ele me perguntou sobre estudo de impacto no tráfego desse processo.
874 Eu fiz um arrazoado, no qual eu aprovei junto com a Comissão de Análise de Impacto da
875 EPTC. Então, eu vou ler aqui, para não pecar por deixar de falar o que foi acordado com
876 os demais. (Leitura): *Então, para o presente EVU não foi solicitado Estudo de Impacto de*
877 *Tráfego por dois motivos: 1) A situação de saturação na região já é premissa para que a*
878 *análise de mobilidade que envolva o corredor de centralidade Nilo/Anita foque na*
879 *viabilização do sistema viário previsto no PDDUA, para possibilitar as conexões*
880 *necessárias ao desenvolvimento das atividades permitidas no local. O segundo motivo, e*
881 *neste eu gostaria que o Emílio corroborasse e nos auxilie nessa fase de transição que a*
882 *EPTC passa no que diz respeito às diretrizes para o desenvolvimento de estudos de*
883 *impacto. (Segue): 2) Com a experiência percebe-se que os modelos até, então,*
884 *consagrados para definir impacto e sua respectiva mitigação, necessitam de um repensar,*
885 *voltado à mobilidade em todas as suas nuances e não somente no volume de automóveis*
886 *e na relação capacidade e demanda. O objetivo é migrar para uma metodologia que nos*
887 *apresente não impacto e respectivamente mitigação no tráfego de veículos, mas sim na*
888 *mobilidade das pessoas, acrescentando a importância do transporte coletivo e dos outros*
889 *modos ativos. Assim sendo, enquanto se constrói os parâmetros finais para essa nova*
890 *metodologia, que está em plena construção, a EPTC vai experimentando na prática esse*
891 *novo pensar, de acordo com as propostas que se apresentam para análise. Falando do*



892 *processo em pauta, foi solicitada a execução de todo um sistema viário para dar suporte a*
893 *Nilo Peçanha e melhorar a mobilidade do bairro, com maiores conexões viárias cicloviárias*
894 *e (Inaudível). Além disso, através da execução do gravame da Avenida Osório Tuyuty e do*
895 *prolongamento da Fernando Cirne Lima, viabiliza importante conexão sul/norte, com*
896 *geometria de via coletora de ligação longa, conforme estabelece o Plano Diretor. Seriam*
897 *essas ponderações nas questões de mobilidade. **Cláucia Faganello (1ª Suplente),***
898 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos. Importante
899 ressaltar que a posição da RGP 1 é na defesa dos direitos dos moradores da Vila Caddie.
900 Os pareceres lidos apontam que existem diversas violações dos direitos dos moradores
901 em detrimento do empreendimento. Somos representantes da sociedade e é muito
902 importante que sejamos escutados. Se existe um mecanismo de participação como o
903 conselho, ele precisa ser no mínimo deliberativo, como bem ressaltou a Conselheira
904 Claudete, pois se ele não for assim vai ser somente uma via de legitimação das decisões
905 que são tomadas pelo poder público. Na mesma linha o Conselheiro Hermes fala sobre o
906 cronômetro, algo que chama muito a atenção, precisamos cuidar, pois não se constrói com
907 restrições, se constrói com debate real, o que não tem ocorrido neste espaço infelizmente.
908 Debate demanda fala, réplica, tréplica e discussão de verdade. Como já citado, eu também
909 gostaria de ouvir os moradores. Por que a gente discute sobre a vida deles como se eles
910 não existissem? A condenação fala por falta de saneamento, luz, demais condições
911 precárias. Isso seria muito fácil de ser resolvido por vontade do poder público, muito mais
912 fácil que uma realocação. Infelizmente, não parece que prevalece o interesse público,
913 parece que prevalecem os interesses hegemônicos. É isso. Muito obrigada. **Rafael Pavan**
914 **dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu quero reforçar
915 o que eu coloquei nós parecer de vista sobre o entendimento de que reassentamento,
916 ainda que não signifique a regularização, não significa a remoção para outro lugar da
917 cidade, mas poderia ser resolvido, como eu sugiro com a construção de um
918 empreendimento habitacional para essas famílias na mesma área, mantendo o tecido
919 social e todos os outros aspectos que constituem direito habitacional um direito à cidade,
920 que vai muito além da simples posse de um terreno, de um lote, por mais que eles estejam
921 lá há 40 anos, mas é isso que garante todos os outros direitos que descendem desse. E se
922 poderia muito bem compatibilizar com o empreendimento, mas parece que a tomada de
923 decisão é por um processo de higienização, que esse projeto e esse processo é só mais
924 um exemplar do que a gente tem visto em vários outros processos por parte das últimas
925 administrações. E quero ressaltar que Nova York tem empreendimentos, cotas de
926 habitação de interesse social para empreendimentos de classe média, média alta, etc.
927 Paris estabelece legislação para habitação de interesse social, garantia de habitação de
928 interesse social em áreas centrais das cidades e nós não vamos garantir nem para quem
929 já está ali, como nesse caso está acontecendo. E por mais que diga: "Lá no Habite-se vai
930 resolver"; mas o CMDUA que está falando carta branca para que se aloque essas
931 pessoas, onde aquele dinheirinho couber. Então, nós não sabemos para onde irão, isso
932 para mim é grave, eu não gostaria de dar essa carta branca. Não estamos ouvindo a
933 comunidade, ouvimos hoje a Júlia, concordo com Conselheiro que colocou isso e gostaria
934 de contar com ele, com o voto contrário ao parecer inicial e que daqui a pouco vai ao
935 encontro do que eu propus no voto de vista, não só eu, de uma audiência pública e assim
936 estaria atendido. E aí retiram a vila para quê? Para colocar ali uma praça em terreno
937 residual? E vou concluindo, no CMDUA entram aqui pedidos excepcionais, não é o
938 ordinário, do dia a dia da provação de processos, deve ser digno, portanto, da aprovação



939 aqui os projetos que aqui passam, devem ser dignos dessa excepcionalidade. Nem o
940 projeto e menos ainda as decisões pública do novo traçado e do parcelamento dele
941 resultante, parece compensar o impacto sobre a vida dessas pessoas que tem o seu
942 direito habitacional atacado. (Sinalização de tempo esgotado). São indignos de morar
943 naquele bairro? Talvez seja isso que esteja por trás dessa decisão de hoje. **Emílio Merino**
944 **Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:**
945 Boa noite, Secretário. Em princípio eu não ia participar, mas me veio a obrigação de fazer
946 minha manifestação em função do que foi falado pelo Artur, pela Carolina e pela Júlia. Em
947 princípio para o Artur, eu acho que este projeto ainda não foi muito bem debatido, tem
948 ainda aspectos que a gente passou um pouquinho batido, outros tópicos e outros temas
949 que se realmente foram debatidos com bastante aprofundamento. Um dos temas, Artur, é a
950 mobilidade e o transporte pelo fluxo, a avaliação dos impactos que deveriam ter. Estamos
951 dentro de um processo de viabilidade urbanística e o transporte e o tráfego não foram
952 tratados em sua verdadeira magnitude. Para poder avaliar entre duas propostas de uma
953 diretriz viária, que passe por meio de um terreno que do meu ponto de vista teórico
954 conceitual é a melhor alternativa. A alternativa proposta pelo empreendimento não é a
955 mais adequada. Então, não é que a gente esteja contra ou a favor de determinados tipos
956 de propostas, mas sim, basicamente, as compensações que este projeto deveria ter no
957 ajuste de preço. Se esse projeto escolhido determina uma série de propostas, devemos ter
958 compensações que venham atender diretamente com a parte específica do projeto em
959 menção. Portanto, tal como em outros projetos existia, por exemplo, como o Saffer fez um
960 estudo de tráfego para a aprovação do Zaffari, aqui também deveria haver um estudo de
961 tráfego especificamente para demonstrar aquilo que está se propondo neste tipo de
962 proposta. (Sinalização de tempo esgotado). Então, foi muito bem debatido este tipo de
963 tempo, entretanto, faltaria aprofundar mais esse tema do transporte e mobilidade. **Darci**
964 **Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e**
965 **Ambiental – ABES/RS:** primeiramente, eu gostaria de propor que a gente respeitasse o
966 teto das 8 horas, eu já avisei há muitas semanas que às 8:30 tenho que dar aula. Em outra
967 reunião tive que pedir para os alunos esperarem para começar a aula, porque tinha que
968 votar aqui. Então, hoje a gente tem a regularidade que está sendo cobrada, não pode ser
969 para uns e não para outros. Gostei da intervenção do Dal Molin. Dal Molin, eu ganhei uns
970 cinco processos de resolução de problemas habitacionais, eu acompanhei o Planetário,
971 acompanhei a Caia Cai, acompanhei a Tripa, acompanhei o Lupicínio. Na época como
972 Diretor do DMLU a gente tinha que acompanhar, até porque boa parte desse pessoal era
973 catador, eles tinham a necessidade de sua fonte de receita ser mantida e procuramos junto
974 com os galpões de reciclagens que foram construídos juntos, também manter a renda
975 deles. É o caso da Chocolatão, que tu relataste. Agora, por exemplo, a Tripa, não sei se
976 alguém se lembra da Vila Tripa, o muro de fundo da casa das pessoas era o muro do
977 aeroporto, ela não tinha condições de ser realocada ali mesmo, porque as pessoas saíam
978 da casa e tinha lá diariamente um atropelamento por dia, porque elas estavam na calçada
979 do aeroporto. A Vila Cai Cai, que era na beira do rio, em frente onde hoje é o Museu do
980 Iberê, as pessoas estavam morando dentro da água, não tinha como morar ali. Agora, a
981 Planetário sim, no caso do Planetário apareceu o mesmo debate de gentrificação. A
982 mesma proposta da Associação de Moradores do Menino Deus, ali composta por um
983 vereador do PTB, não lembro o nome, foi o grande líder contra – Não, este povo não pode
984 ficar aqui! Este povo não tem direito de morar no Menino Deus! Este povo tem que ser
985 expulso do Menino Deus! É isso que a gente via lá em 1990. (Sinalização de tempo



986 esgotado). E que a gente vê agora em 2020, a mesma proposta de – Povo não pode ficar
987 onde tem terreno de qualidade. Só para esclarecer, porque eu acho que se esqueceram, a
988 Ângela não conseguiu participar porque não conseguiu internet. E tem isso, às vezes o
989 povo não tem internet, o povo não tem comida, o povo não tem onde morar. Eu acho que
990 todos viram o Fantástico esse final de semana, o que está sendo feito em São Paulo. Eu
991 não consigo entender aquilo que o Fantástico mostrou, e o Fantástico não é referência
992 para mim... (Sinalização de tempo esgotado). Não toca o coração dos conselheiros, não
993 toca ver uma pessoa morar 50 anos, nós não estamos falando da Chocolatão, a
994 Chocolatão foi uma fila recente, ela mal se formou e já teve... (Sinalização de tempo
995 esgotado). Nós estamos falando de uma vila de mais de 50 anos, como o nosso
996 conselheiro disse, da época do Getúlio Vargas, já tinha fotografia dela ali, que as pessoas
997 moram lá. É o caso do Planetário, do Lupicínio e várias que foram reassentadas no local.
998 **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da**
999 **Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, Conselho,
1000 Conselheiros, Esse processo, na verdade, prejudica por um ponto a questão de análise do
1001 Conselho, porque é um processo que tem demanda de famílias, desapropriação. Então, é
1002 um processo bem dificultoso de ser analisado. Temos um objeto a ser seguido, ou
1003 concorda com o objeto, ou é contrário, não tem alternativa. Eu quero dizer assim, esse
1004 processo vai ser um exemplo para outras discussões em relação a diretriz viária, nós
1005 temos outros processos, como o 4.1, 4.3, se eu não me engano, que estão na pauta
1006 também, que são outras situações que vão ocorrer como esta, casos um pouco diferentes,
1007 mas no mesmo caminho. Eu lamento por essas famílias, lamento muito, eu sei que falta
1008 também essa situação da região de planejamento discutir junto com as comissões, que
1009 isso não acontece. Eu venho reclamando disso há muito tempo, é uma necessidade para
1010 que não ocorram essas injustiças, como muitos estão alegando aí não junto ao Conselho.
1011 Nós temos discutir, botar em pauta as questões das regiões de planejamento abordarem
1012 esses assuntos junto às comunidades e junto às comissões. Então, seria esse o meu
1013 relato. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio**
1014 **Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. Conselheira Tânia,
1015 uma Questão de Ordem. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de**
1016 **Planejamento Quatro – RGP. 4:** Secretário, eu não poderia deixar de me manifestar em
1017 relação a esse processo todo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de**
1018 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Mas, Conselheira... **Tânia**
1019 **Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu
1020 não estava presente, eu avisei. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de**
1021 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Não, Conselheira. Não, só
1022 um pouquinho, Conselheira. A senhora não estava presente quando nós inscrevemos, a
1023 senhora saiu da reunião e retornou. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão**
1024 **de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu voltei e não tem como eu não falar. **Germano**
1025 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
1026 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Ok. Obrigado, Conselheira. Desculpa, eu sou incisivo em
1027 relação ao tempo, a gente tem que respeitar as inscrições. A senhora teve várias
1028 oportunidades de poder falar com relação ao processo. Conselheira Patrícia, por favor,
1029 para concluir enquanto relatora. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de**
1030 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite a
1031 todos. Eu estive ausente alguns dias aí, mas a Vaneska representou muito bem a nossa
1032 Secretaria. O que eu tenho a pontuar assim, eu entendo a preocupação dos conselheiros,



1033 mas assim, e essa foi uma preocupação minha no decorrer da análise do meu relato, por
1034 isso foi um relato longo, é que assim, a análise da comissão não partiu do pressuposto de
1035 escolher entre habitação, ou se teria uma praça, ou coisa do gênero, como foi pontuado. A
1036 análise da equipe técnica foi com base no pressuposto que já estava definida essa
1037 questão, nós não deliberamos sobre isso, nós não tivemos que escolher sobre isso. Em
1038 tendo essa situação posta por decisão judicial, nós fizemos a análise de estruturação do
1039 entorno e totalmente com base na legislação do que o Plano Diretor nos permite, que é
1040 fazer análise urbanística e fazer sim as transformações do território que decorrem disso. E
1041 avaliações também quanto a de repente futuras transformações no território, quando se
1042 identifica que tem algum equívoco ali na própria estrutura. Isso independe se é um
1043 empreendedor, enfim. Então, eu reitero e ratifico que a análise técnica foi absolutamente
1044 legal, legítima nos limites que estavam previstos ali no Conselho. E eu boto toda a fé e
1045 todo o apoio a quem fez essas análises desse processo. Então, eu continuo sendo
1046 favorável, considerando que a decisão que foi efetuada dentro da comissão não se refere
1047 a retirar as famílias, ela se referem a uma possibilidade de subsidiar a garantia de uma
1048 compra assistida, mas a remoção não tem a ver com esse processo. Eu entendo essa
1049 discussão, por isso que eu me preocupei com isso, mas é só para deixar bem claro e
1050 deixar bem claro aqui que a toda a nossa equipe técnica age na maior... Na maior... Eu
1051 fico até nervosa de falar assim, quando vêm acusações desse gênero, mas todos são
1052 legítimos e fazem o melhor papel possível, sempre pensando no interesse da cidade.
1053 Entendeu? Então, assim, eu estou tranquila quanto a minha posição. **Germano Bremm,**
1054 **Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**
1055 **SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Patrícia. Finalizando o período de discussão. A
1056 Conselheira Patrícia que foi relatora desse processo e muito bem relatado, representa a
1057 posição de todos os técnicos do município que trabalham de forma muito diretiva, no
1058 sentido de trazer sempre as melhores propostas para a cidade. Lembrando que esse
1059 expediente colocado em pauta foi amplamente debatido, este Conselho que tem tradição
1060 em planejamento urbano. Muito antes no Estatuto da Cidade, dos regimentos aqui
1061 trazidos aí, dos processos participativos, muito antes disso a gente já tinha em Porto
1062 Alegre a tradição em planejamento urbano, promovendo essas discussões com os mais
1063 diversos representantes da sociedade. Então, esse processo foi distribuído lá no dia
1064 27/11/2020, ele foi apresentado pela Equipe do Planejamento no dia 15/12, dia 15/12
1065 ainda teve apresentação por parte do empreendedor. Tivemos depois do relato feito pela
1066 relatora, a Conselheira Patrícia, acerca do expediente, depois do relato tivemos 9
1067 solicitações de vista. A partir disso também todos os pedidos de vista foram relatados pelo
1068 mínimo 10 minutos, o processo ainda foi objeto de discussão no período de Comunicação,
1069 representantes do DEMHAB, tanto no ano passado vieram fazer os esclarecimentos,
1070 quanto aqui durante este ano. Então, é um processo que foi amplamente debatido e todos
1071 aqueles que nos assistem podem acessar as reuniões anteriores no nosso canal no
1072 YouTube e vão ver todo o processo de discussão. Então, tem momentos, naturalmente,
1073 regimentais para a discussão, para o relato, para a vista, para a diligência, tudo regrado,
1074 conforme aprovado por ampla maioria deste Conselho. Então, são essas as regras do
1075 debate que a gente tem para colocar em discussão e chegar no momento agora, nessa
1076 maturidade e a gente poder deliberar o processo colocado em pauta. Então, eu me sinto
1077 muito tranquilo após a análise técnica amplamente feita pelo município e os debates dos
1078 mais diversos representantes das entidades e regiões de planejamento, com as suas
1079 manifestações, com seus encaminhamentos de voto. Temos condição de abrir o período



1080 de votação, consultando a representante do DEMHAB, a primeira a fazer uso da palavra
1081 para votar. Lembrando que nós temos o PARECER FAVORÁVEL da Relatora Conselheira
1082 Patrícia. Questiono, Conselheira Lisiane se é favorável ou contrária ao parecer da
1083 relatora? **VOTAÇÃO DO EXPEDIENTE: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular),**
1084 **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB: Favorável (chat). Júlia Lopes de**
1085 **Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:**
1086 **Favorável. Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP: Favorável. Virgínia Darsie**
1087 **de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano**
1088 **Regional – METROPLAN: Favorável. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria**
1089 **de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
1090 **RELATORA. Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria Municipal**
1091 **de Desenvolvimento Econômico – SMDE: Favorável. Gabriela da Silva Machado (2ª**
1092 **Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:**
1093 **Favorável. Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), Secretaria Municipal de**
1094 **Governança Local: Favorável. Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio**
1095 **Grande do Sul – UFRGS: Favorável. Darci Barnech Campani (Titular), Associação**
1096 **Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Por audiência pública,**
1097 **contra o parecer. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos**
1098 **Humanos - ACESSO CDH: Questões legais não se votam, Secretário. Contrária. Sérgio**
1099 **Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:**
1100 **Favorável. Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio**
1101 **Grande do Sul – CAU/RS: Contra. Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de**
1102 **Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Contrário. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato**
1103 **dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Contrário. Fernando**
1104 **Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul -**
1105 **SENGE/RS: Favorável. Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da**
1106 **Construção Civil – SINDUSCON: Favorável. Mark Ramos Kuschick (Titular),**
1107 **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Contrário. Cláucia**
1108 **Faganello (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Contrária.**
1109 **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP.**
1110 **2: Presidente, tudo que foi construído em 100 anos nós estamos trocando hoje por 78 mil.**
1111 **Então, em protesto eu voto contra. Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular),**
1112 **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Favorável (chat). Tânia Maria dos**
1113 **Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4: Contrária.**
1114 **Ricardo Angelini, (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:**
1115 **Favorável. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento**
1116 **Seis – RGP. 6: Favorável. Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de**
1117 **Planejamento Oito – RGP. 8: Favorável. Emerson Gonçalves dos Santos (Titular),**
1118 **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e**
1119 **Ambiental – OP-HOCDUA: Favorável. Germano Bremm, Presidente e Secretário**
1120 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigado. Eu**
1121 **consulto se há algum conselheiro que, porventura, não tenha votado? Pode manifestar no**
1122 **chat caso a gente não tenha chamado, enquanto a Secretária Executiva faz a**
1123 **contabilização dos votos. Não havendo nenhuma manifestação no chat com relação à**
1124 **votação. Então, contabilizamos os votos, temos 9 votos contrários e nenhuma abstenção, e**
1125 **17 votos favoráveis. Então, declaramos: **APROVADO O ITEM 4.07, EXPEDIENTE****



1126 **19.0.00066828-4 - CFL PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA., EVU DA**
1127 **AVENIDA MARECHAL ANDRÉA.** São 8:14, agradeço a oportunidade do debate com
1128 todos vocês, muito construtivo. Peço desculpa sempre pela posição deste Presidente em
1129 ter que controlar os horários, de ter as inscrições prévias, naturalmente, né, conselho onde
1130 tem várias entidades, vários representantes de regiões, a gente tem que assegurar a
1131 palavra a todos e por isso a gente tem que se atentar aos regimentos, assim como é nos
1132 plenários da Câmara de Vereadores, na Assembleia Legislativa e demais conselhos
1133 formais espalhados pelo Brasil. Então, é nesse sentido que a gente é muito incisivo na
1134 cobrança e peço mais uma vez desculpas, mas esse processo, como eu comentei, foi
1135 amplamente debatido em várias oportunidades, a gente teve a possibilidade de discutir,
1136 debater o que é o entendimento melhor para a cidade. Eu acho que essas visões
1137 diferentes chegam em um denominador comum, que por meio do voto a gente manifesta a
1138 posição final deste Conselho. Nesse sentido aprovamos o presente expediente. Desejo
1139 uma boa noite a todos e até a próxima terça-feira. Até mais, tchau. **(Encerram-se os**
1140 **trabalhos da plenária às 20h15min).**

1141
1142
1143
1144
1145
1146

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora

1149
1150
1151
1152
1153
1154
1155

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações: